Governo reduz seus investimentos na

JORNAL DO BRASIL

área social

Paulo Fona

BRASÍLIA — O Instituto de Planejamento Econômico e Social (ipea), vinculado ao Ministério do Planejamento, ainda não contabilizou todos os números referentes aos gastos sociais do governo federal em 1988, mas já apareceram indícios de que não serão diferentes dos coletados entre 1980 e 1987, que apontam uma crescente redução dos investimentos públicos na área social. Os dados do periodo 1980 a 1987 estão sistematizados no estudo A Conta Social Revisitada, dos técnicos Solon Viana, Sérgio Piola, Sebastião Camargo e Lorena Silva.

"As estimativas preliminares sobre 88 indicam uma redução dos gastos em torno de 5% em relação ao ano anterior", adianta Sérgio Piola. No período 80/87, o estudo revela que os gastos do governo federal nas áreas sociais cresceram nos três primeiros anos da década mas, a partir de 1983, começaram a sofrer sensível redução, com uma tentativa de recuperação a partir de 1985. "Em 1983 e 1984 a crise econômica golpeou mais fundo as finanças públicas", resumem os autores do texto.

"Sabíamos disso e por este motivo os constituintes criaram o Orçamento da Seguridade e garantiram recursos para a área social", argumenta o deputado cearense Raimundo Bezerra, do PMDB, presidente da Comissão de Saúde e Assistência Social da Câmara dos Deputados. O deputado Bezerra espera que ao final de cinco anos pelo menos 20% do Produto Interno Bruto do país sejam aplicados na área social. "É uma maneira de redistribuirmos renda", pondera.

Dois dígitos — Para alcançar os 20% do PIB pretendidos pelo parlamentar os próximos governos terão que investir maciçamente em programas de saúde, assistência e previdência social, educação, habitação,

saneamento básico e outras áreas correlatas. Na década de 80, os gastos sociais federal não ultrapassaram 10% do Produto Interno Bruto sendo que desde 1983 têm apresentado uma lenta recuperação, depois de chegar à casa dos dois dígitos.

Minucioso na apresentação dos números, o estudo constata que o gasto social per capita em 1987 — NCz\$ 8,08, a preços deste ano - è inferior ao de 1980, de NCz\$ 8,14. "Esse valor preocupa", diz Piola. Para 1988, a estimativa não é distinta. A projeção é de que não passará dos NCz\$ 10,00.

Na avaliação do Ipea, a forte crise econômica de 1983/84, quando o país chegou a contabilizar um desempenho negativo de 2,8% no PIB, pegou em cheio dois dos principais financiadores dos gastos sociais federais: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS). "São fontes diretamente relacionadas aos níveis de emprego e salário", justifica Piola.

Para compensar os efeitos negativos da recessão, o governo ampliou suas fontes de financiamento dos programas sociais aumentando, em 1982, as contribuições do FPAS e criando o Finsocial (Fundo de Investimento Social). "O Finsocial, destinado pela retórica oficial à ampliação das ações do governo no campo social, funcionou, na verdade como mero substitutivo das fontes fiscais convencionais", critica o estudo do Ipea.

Essa nova função do Finsocial, ainda que direcionando recursos para programas de alimentação e nutrição, foi que permitiu uma parcial "recuperação" dos investimentos públicos sociais que, a partir de 1982, passaram a responder por cerca de 40% no total de dispêndios oficiais — insuficientes, ainda, para atender à demanda dos segmentos mais carentes da sociedade brasileira.

Evolução do PIB e do Gasto Social Federal

Anos	PIB — Crescimento real anual (1)	G.S.F. crescimento real anual	G.S.F. em relação ao PIB
1980	9.1%	_	9.1%
1981	(3.1%)	3.1%	10.1%
1982	1.1%	5.2%	(16.9%)
1983	(2.8%)	(15.1%)	9.2%
1984	5.7%	(13.2%)	7.8%
1985	8.4%	16.9%	8.2%
1986	8.0%	13.0%	8.3%
1987	2.9%	8.0%	8.8%

(1) A taxa do crescimento do PIB foi calculada com base nos valores reais.